



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>1</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,  
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Casa da Música, em Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**Ponto Um** - Intervenção do público;-----

**Ponto Dois** - Período antes da Ordem do Dia;-----

**Ponto Três** - Apreciação e eventual autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, na actual redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março-, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao fato do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente ao procedimento para Prestação de Serviço de Recolha e Transporte de RSU, Limpeza Urbana, Limpeza de Sanitários Públicos e Limpeza de Praias no Concelho de Óbidos retificação;-----

**Ponto Quatro** - Apreciação e eventual aprovação do relatório final da Comissão de Acompanhamento da Avarela;-----

**Ponto Cinco** - Apreciação e eventual aprovação do reconhecimento de interesse público na Regularização da Atividade Pecuária;-----

**Ponto Seis** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Fixação de Taxas de IMI para o ano de 2017;-----

**Ponto Sete** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de participação do Município no IRS em 2017;-----

**Ponto Oito** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta para lançamento de Derrama para o ano de 2017;-----

**Ponto Nove** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de fixação do percentual de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2017;-----

**Ponto Dez** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2017;-----

**Ponto Onze** - Apreciação e eventual aprovação dos documentos previsionais (Orçamento e GOP) para 2017;-----

**Ponto Doze** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Plano Estratégico Educativo Municipal de Óbidos, conforme previsto na alínea h), do ponto n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro;-----

**Ponto Treze** - Apreciação e eventual autorização da proposta de contratação de empréstimo de longo prazo até ao montante de €525.000,00, ao abrigo do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais, de acordo com o previsto na alínea no n.º 3 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho;-----

**Ponto Catorze** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e, de seguida, a segunda Secretária, Ana Margarida Reis, fez a chamada.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>2</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

---**Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, João António de Sousa Veludo, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, José Ferreira de Sousa Coutinho, Sílvia Maurício Correia, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Michelle Patrocínia Marques Félix, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Marina da Conceição Duarte Silva Brás, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, José Rui Pereira da Silva Raposo, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

---**Substituições** – As senhoras deputadas Maria Cristina Fernandes Rodrigues e Anabela Braga Adónis fizeram-se substituir pelos senhores deputados João António de Sousa Veludo e Michelle Patrocínia Marques Félix respetivamente.-----  
A senhora deputada Dina Fernanda Pereira Vieira fez-se substituir pela senhora deputada Marina da Conceição Duarte Silva Brás e o senhor deputado Custódio de Sousa Santos fez-se substituir pelo senhor deputado José Rui Pereira da Silva Raposo.-----

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças.-----

--- **Faltas** – Registou-se a falta dos senhores deputados Maria Cristina Fernandes Rodrigues, Anabela Braga Adónis, Dina Fernanda Pereira Vieira e Custódio de Sousa Santos.-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**Ponto Um - Intervenção do público** -----

---Pedi a palavra o senhor João Dias, na qualidade de morador na Quinta de São José, que após cumprimentar os presentes aproveitou a oportunidade para perguntar para quando estaria prevista a publicitação pelos meios habituais da ata aprovada referente à passada Assembleia Municipal bem como se o Relatório Final da Comissão de Acompanhamento de Avarela, iria ser tornado publico, caso fosse aprovado.-----

Questionou ainda se estariam contempladas verbas no Orçamento para o ano de dois mil e dezassete para efeitos de realização de trabalhos na Quinta de São José, nomeadamente pavimentação de passeios e zonas de estacionamento.-----

Por último fez saber que persistia o problema das moscas na Quinta de São José.----

---Pedi a palavra o senhor Luís Félix de Castro Ferreira para alertar para a sinalização e, os constantes problemas de trânsito na Rua do Postigo bem como na Rua Porta do Vale, e se estariam previstas algumas medidas, para a sua resolução.--

---Pedi a palavra o senhor Eduardo Firmino, na qualidade de representante da Associação de Moradores no Casal da Avarela que após cumprimentar os presentes, e relativamente à situação da praga de moscas bem como à Pedreira, aproveitou para agradecer todo o trabalho desenvolvido e apoio prestado por parte dos membros da Comissão criada para o efeito, na elaboração do Relatório Final sobre a Pedreira e Aviários, nomeadamente aos senhores deputados José Machado, João Carlos Costa, José Rui Raposo bem como ao senhor adjunto do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Rui Vargas e o senhor Presidente da Câmara Eng.º Humberto Marques.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>3</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

Deu conhecimento que a situação do ruído bem como das moscas se mantinham, referindo que a Associação iria continuar a necessitar do apoio de todos, tendo em vista a salvaguarda dos interesses dos moradores e do concelho de Óbidos.-----

---Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

---O senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes, e em resposta ao senhor João Dias, solicitou aos serviços que agilizassem a publicitação da ata da passada Assembleia Municipal bem como do Relatório Final da Comissão.-----

Quanto ao Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis, esclareceu que este teria previsto nas rubricas de investimentos, várias requalificações urbanas em todo o território do Concelho.-----

Em resposta ao senhor Luís Félix, relativamente aos problemas de trânsito, explicou que, estaria prevista a realização de uma reunião por forma a serem esclarecidas todas as questões relacionadas com o Regulamento de Trânsito, não obstante ao facto de, poderem vir a ser efetuadas algumas melhorias e alterações, após a sua implementação.-----

Relativamente à intervenção e apelo do senhor Eduardo Firmino, o senhor Presidente da Câmara referiu que iria continuar a acompanhar a situação, tendo verificado que as recomendações efetuadas por parte da Comissão à Câmara Municipal, constantes do Relatório já estariam a ser tidas em conta.-----

Por último deu conta que já teriam sido realizadas duas reuniões de monitorização, tendo contado com a participação de várias entidades nomeadamente DRAP-LVT, CCDR-LVT, A.P.A, ARH, Câmara Municipal de Óbidos e representante do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, tendo sido traçado um plano de trabalho traçado para o futuro.-----

**Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia:**-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** Foi presente para aprovação a ata número quatro, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e dezasseis.-----

---O senhor deputado Francisco Brás Teixeira recordou o referido no número cinco do artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente que, a ata de cada reunião deveria ser enviada para devida apreciação, a todos os membros da Assembleia no prazo máximo de um mês, sobre a data da reunião a que se refere, salientando que a mesma só teria sido remetida naquela semana.-----

--- A recomendação foi registada e o senhor deputado foi informado que a mesma seria encaminhada para os serviços do secretariado da Assembleia Municipal.-----

Foi informado por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal, quais os senhores deputados que não poderiam fazer parte da votação, por não terem estado presentes na Assembleia Municipal a que a ata dizia respeito e, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, Sílvia Maurício Correia e Jorge Joaquim Madeira Veloso, bem como as novas presenças no colégio da Assembleia Municipal.

**---Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por unanimidade.**-----

**---Aprovada em minuta por unanimidade.**-----

---O senhor Presidente da Mesa, relativamente à correspondência recebida e antes de dar a palavra ao senhor primeiro secretário, informou que foi rececionado um pedido de renúncia de mandato por parte do senhor deputado Miguel Silvestre, tendo alegado razões pessoais, tendo aproveitado a oportunidade para agradecer o



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>4</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

seu contributo e desempenho no exercício das suas funções como deputado e porta voz do Grupo Municipal do PSD.-----

---O senhor primeiro secretário, cumprimentou os presentes e, informou que relativamente à correspondência recebida, foi recebido um ofício convite, proveniente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com vista à participação na Convenção Nacional sobre os Quarenta Anos do Poder Local Democrático, que se iria realizar no dia dez de dezembro do corrente ano, no Convento de São Francisco em Coimbra.-----

Foi recebido um ofício por parte da Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitando, convidando para uma Audição Pública no âmbito da apreciação de Projetos Lei do PCP, Bloco de Esquerda e PS, relativos ao regime de reorganização territorial de freguesias que, se realizaria no dia cinco de dezembro do corrente ano, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Senado na Assembleia da República.-----

Face ao pedido de renúncia de mandato por parte do senhor deputado Miguel Silvestre, informou ainda que teria sido rececionado um ofício remetido pelo senhor deputado José Ferreira de Sousa Coutinho, dando conta que aceitaria a indigitação para elemento integrante da bancada do PSD desta Assembleia Municipal.-----

Por último fez saber das justificações de falta apresentadas pelos senhores deputados, nomeadamente Cristina Rodrigues, Anabela Adónis, Custódio Santos e Dina Vieira.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que, *a pedido dos representantes dos três grupos municipais, teria sido retirado o ponto cinco da ordem de trabalhos*, tendo merecido a concordância por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, ficando a sua apreciação para uma próxima reunião deste órgão.-----

---Passou de imediato a palavra aos senhores deputados que manifestaram o seu interesse em intervir no período antes da ordem do dia.-----

Pediu a palavra o senhor deputado Jorge Veloso, que solicitou esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara, acerca da questão da rotatividade do senhor Vice-Presidente da Câmara, constando esta, na ata de reunião de Câmara de vinte e três de outubro do ano de dois mil e treze, e quem seria a pessoa que ocupava atualmente esse cargo.-----

Alertou ainda para a falta de marcações no pavimento da Estrada Nacional 8, tendo ainda questionado, acerca da data prevista de início para a execução das ciclovias no concelho de Óbidos.-----

---Pediu a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, que deu conta do facto da Assembleia Municipal colocar como constituintes da mesa, o senhor Presidente da Câmara e deputados, não sendo esta, no seu entender, uma situação correta.-----

Sugeriu que fosse criado um canal para que os cidadãos pudessem acompanhar, em direto, as reuniões da Assembleia Municipal, através da internet.-----

Partilhou também da opinião do cidadão João Dias, alertando para a perigosidade do local perto das bombas da CEPESA, na Estrada Nacional 8, carecendo de uma intervenção urgente no seu entender.-----

Insistiu na necessidade de aplicação do Regulamento de Trânsito da Vila de Óbidos, referindo que a sinalização de trânsito existente não estaria concordante com o mencionado regulamento.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>5</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado, onde aproveitou para lembrar, da necessidade no seu entender, de orçamento rectificativo ainda no presente ano.-----

Acrescentou que foi recomendado por parte do Tribunal de Contas, aquando da homologação das contas do Município, adotar maior rigor na elaboração dos orçamentos municipais, bem como um alerta do referido Tribunal sobre o disposto na Lei Setenta e Três, barra dois mil e treze, quanto a desvios de receitas.-----

Explicou que a referida lei se aplicaria, no caso do Município de Óbidos, se no presente ano a taxa de execução das receitas fosse inferior a oitenta e cinco por cento, do previsto no orçamento aprovado. Atendendo a que, as receitas municipais de investimento seriam este ano inferiores ao que estava previsto, implicará que o somatório das receitas correntes com as de investimento fique abaixo da respetiva percentagem, pelo que, e na sua opinião, existiria a necessidade de elaborar orçamento rectificativo, questionando qual a data prevista para realização de reunião deste órgão para aquele efeito.-----

Abordou a situação, relacionada com os “graffitis” existentes na vila de Óbidos, tendo inclusivamente projetado uma fotografia da Capela de São Martinho, localizada no Largo de São Pedro, por ocasião do FOLIO, questionando se a frase escrita se iria manter ou se iria proceder-se à sua remoção.-----

Acrescentou que existiriam outros casos detetados, de discutível gosto, nas fachadas de casas localizadas dentro da Vila de Óbidos, tendo estes originado queixas, tendo pedido à Câmara que fosse feito em esforço, dentro do possível, para que tal não suceda, reconhecendo contudo as dificuldades existentes em evitá-lo.----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Rui Raposo, questionando o senhor Presidente da Câmara, se este haveria recebido uma carta do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, datada de trinta e um de outubro do corrente ano, solicitando emissão de parecer, no prazo de dez dias, sobre a criação do novo sistema intermunicipal de abastecimento de água e saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.----

Relembrou a questão da regulação de trânsito, mais concretamente na rua onde se encontra a paragem do autocarro, reafirmando que a proposta que o grupo municipal do PCP apresentou anteriormente e, a qual foi chumbada, antecipou a aplicação do próprio regulamento, recomendando assim, e atendendo a que a situação de trânsito se mantinha, que as medidas então propostas, fossem aplicadas no mais curto espaço de tempo.-----

Questionou ainda qual o critério adotado pela Câmara Municipal para exercer o direito de opção de aquisição de imóveis na vila muralhada.-----

Chamou a atenção para a permanência de equipamentos de esplanadas, mesas, cadeiras e estrados, em algumas ruas da Vila, mesmo após o horário de funcionamento dos estabelecimentos, sendo este, no seu entender, motivo de preocupação, pois poderia vir a ser posta em causa a circulação de viaturas de emergência em serviço, tendo inclusivamente, pedido ao senhor Presidente que confirmasse se, tal situação já teria sucedido recentemente, questionando ainda se a Câmara cobraria taxas de ocupação do espaço aos proprietários dos estabelecimentos.-----

Relembrou a questão abordada, na passada Assembleia Municipal, no sentido de aferir se o senhor Presidente da Câmara já teria apurado da possível existência de caprinos pertencentes a uma livraria infantil sediada nos Casais Brancos.-----

Aproveitou para reforçar o possível risco de derrocada da barreira, no ex-campo da bola, não tendo sido tomada qualquer medida até à presente data, devendo esta ser





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>6</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

vedada e devidamente sinalizada devido ao perigo existente, tendo alertado também para o estado do piso do parque de estacionamento, carecendo também este, de uma intervenção urgente.-----

Por último, reforçou a situação do troço da Estrada Nacional 8, já referida anteriormente pelo senhor João Dias, e se, eventualmente, já teria sido efetuada alguma diligência por parte da Câmara Municipal junto das Infra-Estruturas de Portugal, no sentido da sua requalificação, nomeadamente do troço entre o Senhor da Pedra até à rotunda onde se encontraria o Recheio Cash & Carry S.A de Óbidos.

---Pedi a palavra a senhora deputada Sílvia Correia, que após cumprimentar os presentes, aproveitou para dar conhecimento ao senhor Presidente da Câmara, de uma situação vivida por uma moradora na freguesia do Olho Marinho, que se prendia com o incómodo causado pelo facto de se localizar um contentor do lixo em frente ao portão da garagem da sua residência, não tendo conseguido até àquela data resolver primeiramente a situação com o senhor Presidente da Junta de Freguesia.-----

Relatou ainda que a interessada reuniu com o senhor Vereador do respetivo pelouro, onde lhe foi sugerido que esta solicitasse à Câmara Municipal uma licença de construção de dois pilares, por forma a conseguir um motivo para retirada do contentor, tendo a senhora deputada questionado se esta questão não poderia efetivamente ser resolvida pelo senhor Presidente da Junta, sugerindo que fosse alterada a localização do contentor ou, na ausência de local adequado, que se optasse por retirar o mesmo, evitando o pagamento de taxas para uma obra que, no seu entender seria desnecessária.-----

A senhora deputada solicitou ainda informação acerca do processo de um armazém de fruta localizado no Vau, que de acordo com a sua opinião, teria sido construído ilegalmente e se encontrava a laborar, com prejuízo para os moradores, cujas residências confinariam com o mesmo.-----

Perguntou se o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Óbidos teria recebido, para conhecimento, uma Moção apresentada na Assembleia de Freguesia do Olho Marinho sobre a Pedreira das Cezaredas.-----

Por último questionou o senhor Presidente da Câmara, se este teria conhecimento de uma recente construção de uma exploração de suínos no alto do Olho Marinho, em funcionamento e que, aparentemente não estaria devidamente licenciada e, de acordo com as regras estabelecidas para aquele tipo de atividade.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira deu conta que se iria realizar uma cerimónia, no próximo dia vinte e seis do presente mês, com a presença do Senhor Ministro da Agricultura e do Senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, para assinatura do Contrato para a Rede de Rega de Óbidos e lançamento do Concurso para Construção do Bloco de Rega da Amoreira, no âmbito do processo de construção da Rede de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola das Baixas de Óbidos e Amoreira.-----

Acrescentou que este seria um momento de enorme regozijo e satisfação, tendo aproveitado para parabenizar o Município e executivo municipal, estando em crer que, com a conclusão das obras, os agricultores iriam ver grande parte dos seus problemas resolvidos.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Carlos Costa, para destacar a futura celebração do Protocolo de Colaboração entre Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria e o Município de Óbidos, com vista ao restauro do Santuário do Senhor Jesus da Pedra, sendo para



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>7</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

este, um motivo de enorme regozijo, reconhecendo o subido valor deste templo religioso.-----

Destacou ainda o facto de Óbidos ter sido premiado na Gala de Prémios Meios & Publicidade, salientando que Óbidos é considerada uma referência a nível nacional e internacional.-----

---O senhor deputado Francisco Brás Teixeira pediu a palavra para demonstrar o seu orgulho, pelo facto de uma pintura da Josefa d'Óbidos estar exposta no Museu do Louvre.-----

---O senhor presidente da mesa em resposta ao senhor deputado João Paulo Cardoso, referiu no que dizia respeito à constituição da mesa da Assembleia, e ao facto do senhor Presidente da Câmara ser constituinte desta, que poderia eventualmente estar dividida fisicamente em termos de suporte e mesas, não tendo esta sido entendida como questão fundamental, acrescentando que, a assembleia e o público, reconheceriam quais seriam as entidades e organismos que constituem a mesma, sendo uma questão meramente simbólica.-----

Em resposta à senhora deputada Sílvia Correia, referiu que não teve conhecimento de uma moção relativa às Pedreiras da Cezaredas, tendo dado a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal por forma a que este respondesse às questões que lhe foram colocadas.-----

---Em resposta ao senhor deputado Jorge Veloso, esclareceu que o senhor Vice-Presidente seria o senhor Vereador Pedro Félix.-----

Relativamente às marcações das estradas, informou estariam no âmbito do pedido de empréstimo que o Município contratou, acrescentando que o grupo parlamentar do qual o senhor deputado faria parte, teria votado contra a necessidade que estaria agora a invocar.-----

Referiu que as ciclovias estariam em construção, tratando-se do cumprimento dos contratos interadministrativos.-----

Em relação à proposta apresentada pelo senhor deputado João Paulo Cardoso, no que dizia respeito à possibilidade da transmissão em streaming da reunião, o senhor Presidente entendeu não se pronunciar pois, no seu entender, esta seria uma questão dirigida à Assembleia Municipal.-----

Relativamente à necessidade de orçamento rectificativo referida pelo senhor deputado José Machado, esclareceu que esta questão estaria a ser monitorizada, tendo-se concluído, através dos indicadores, que não se verificava a necessidade de retificação ao orçamento apresentado.-----

Em resposta ao senhor deputado José Machado, referiu que o FOLIO seria um apontamento numa dimensão maior, e que o Município de Óbidos teria uma estratégia de dinamização económica e cultural, muito a partir do "Óbidos Vila Literária", não sendo um processo que se encerre ou tenha uma data de fim.-----

Quanto aos "grafitis", referiu que o município teria contactado com os proprietários dos prédios privados, considerando que também estes, seriam vítimas deste ato, estando a caiação dos edifícios condicionada, devido às atividades que estariam a decorrer, bem como às condições climáticas.-----

Em resposta ao senhor deputado Rui Raposo, afirmou que o Município teria recebido a correspondência por este referida, acrescentando que o parecer só seria emitido, quando todas as questões fossem esclarecidas acerca dessa matéria, ressalvando que após a sua emissão, este teria de ser submetido à apreciação da Câmara e Assembleia Municipal.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>8</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

Quanto à regulação do trânsito entre as paragens, deu conta de uma reunião tida entre o Vereador do respetivo pelouro e Chefe de Gabinete, para tratar dessa questão, vislumbrando-se muito em breve uma solução para esse efeito.-----

No que diz respeito aos critérios do Município para exercer o direito de opção dos imóveis em Óbidos, explicou que, teria a ver com um critério de regulação de mercado, nomeadamente quando os prédios são transacionados abaixo do valor de mercado.-----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que desconhecia a ocorrência do episódio onde um veículo de emergência médica teria tido dificuldades de acesso, aquando da sua missão de socorro.-----

Informou que presentemente o Município não poderia cobrar taxas, tarifas ou licenças de ocupação de espaço público, devido ao facto do Regulamento ter necessidade de ser ajustado devido às alterações legislativas.-----

Relativamente à existência de caprinos informou que o processo estaria a aguardar licenciamento por parte da DRAP-LVT.-----

Acerca do alerta de risco de derrocada na zona do campo da bola, deu conta que após visita por parte dos técnicos municipais, não foram detetados, aparentemente riscos de derrocada, acrescentando que aquela seria uma zona que estaria a ser utilizada como parque de estacionamento, estando agendada uma regularização do piso para a semana seguinte.-----

Esclareceu que a Estrada Nacional 8 não seria da competência das Estradas de Portugal, tendo esta sido desclassificada.-----

Deu conta ainda, que desconhecia a situação reportada pela senhora deputada Sílvia Correia, sendo da opinião que, o senhor presidente da Junta de Freguesia seria uma pessoa prestável e sempre disponível para resolução do problema.-----

Afirmou ainda que desconhecia a situação acerca da exploração de suínos.-----

---O senhor presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho pediu a palavra e, esclareceu que a situação referente ao contentor foi reportada pela filha dos proprietários da habitação, e que o contentor do lixo em causa, não se localizava em frente ao portão da garagem.-----

Este sugeriu à interessada que entrasse em contacto com a Câmara Municipal para resolução do problema, tendo esta reunido com a responsável pelo serviço de recolha de resíduos e sólidos urbanos, onde lhe foi explicado que não estariam reunidas as condições para alterar a localização do contentor.-----

---O senhor Vice-Presidente Pedro Félix, relativamente à situação do contentor do lixo, referiu que a hipótese que lhe foi colocada pela interessada, foi no sentido da colocação de dois pilares que vedassem o espaço entre a rua principal e a garagem, para que a Câmara se pronunciasse acerca da propriedade daquele espaço, ressaltando que, até àquela data não teria entrado qualquer pedido nesse sentido.--

No que diz respeito aos armazéns construídos no Vau, esclareceu que este seria um processo que, iria ser analisado e, colocado à apreciação em reunião de câmara, salvaguardando que oportunamente, seria dado conhecimento da deliberação em Assembleia Municipal.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal Telmo Faria apelou para o facto das questões de natureza de Assembleia de Freguesia, deverem ser resolvidas no âmbito da Assembleia de Freguesia, cabendo ao deputado municipal ter uma atitude de filtro, por forma a evitar que estas questões, integrem a agenda de discussão em Assembleia Municipal.-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>9</b>
<b>Ata n.º 5</b>		<b>Reunião de 24/11/2016</b>

**Ponto Três** - Apreciação e eventual autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, na actual redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março-, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao fato do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente ao procedimento para Prestação de Serviço de Recolha e Transporte de RSU, Limpeza Urbana, Limpeza de Sanitários Públicos e Limpeza de Praias no Concelho de Óbidos retificação; -----

---Pedi a palavra o senhor deputado Albino Sousa, onde referiu que a proposta seria para serem contratados serviços no valor total de cerca de cinco milhões de euros mais IVA, para os anos seguintes, e que para este tipo de serviços, faria sentido que o contrato fosse negociado, a nível intermunicipal, numa ótica de médio ou longo prazo, onde o fator escala proporcionaria vantagens.-----

Acrescentou ainda que a proposta da Câmara Municipal deveria incluir os compromissos não posteriores ao ano de dois mil e dezoito, para não condicionar demasiado o mandato autárquico seguinte, pelo que, na sua opinião, importaria fazer uma comparação deste tipo de custos com outros municípios, antes de se assumir um compromisso de tão elevado valor.-----

Concluiu afirmando que, o grupo municipal do Partido Socialista sugeria que a Câmara retirasse a presente proposta, a fim de ser refeita com as recomendações por este referidas.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira pediu a palavra para demonstrar a sua não concordância com a intervenção do senhor deputado Albino Sousa, esclarecendo que o Município perdia se o contrato fosse reduzido pois muitas das empresas não iria concorrer, e os preços iriam ser mais gravosos.-----

Relativamente ao valor, informou que o contrato valor já teria sido aprovado em Assembleia Municipal e trata-se de um ajustamento da proposta final face às propostas apresentadas.-----

**Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, dois votos contra e dez abstenções.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

***Foi apresentada declaração de voto do Grupo Municipal do PS que se transcreve:***-----

"Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

O Grupo Municipal do PS lamenta não ter sido aceite a sua sugestão para este assunto não ser votado hoje, a fim de serem postas em prática as recomendações que apresentámos anteriormente para beneficiar o Município. Daí o nosso voto de abstenção".-----

**Ponto Quatro** - Apreciação e eventual aprovação do relatório final da Comissão de Acompanhamento da Avarela;-----

---Foi pedida a palavra pelo senhor deputado José Raposo que fez saber da conclusão dos trabalhos da Comissão, considerando estar decorrido o tempo suficiente, para poder tirar um conjunto de conclusões que servissem de recomendação à Assembleia Municipal.-----

Informou que o relatório foi distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal, alertando ainda para o conjunto de documentos anexos ao Relatório destacando a sua importância.-----

Enquanto membro da Comissão de Acompanhamento, agradeceu a colaboração dada pelos senhores deputados João Carlos Costa, José Machado, pelo



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>10</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

representante do senhor Presidente da Câmara Dr. Rui Vargas, e representantes da Associação de moradores e dos industriais de restauração e hotelaria da zona que participaram em todas as reuniões e diligências efetuadas pela Comissão, contribuindo para o bom desenvolvimento dos trabalhos.-----

Deu conta das conclusões constantes do Relatório final relativas ao processo da Pedreira que se transcrevem:-----

“A Assembleia Municipal de Óbidos, deverá tomar como resolução, a recomendação à Câmara Municipal de Óbidos, para que encete todas as diligências que, no âmbito da suas competências devam ser tomadas junto do Governo, para que a exploração da pedreira da Avarela cesse, no imediato, a atividade, com a consequente reposição da área explorada; acompanhe, permanentemente, a ação inspectiva e fiscalizadora das entidades competentes junto da Pedreira do Avarela, até que a mesma cesse a sua atividade; promova, em conjunto com a Autoridade de Saúde concelhia, o rastreio da situação dos habitantes do Casal do Avarela, com a adoção de um plano de vigilância da sua saúde pelo período de tempo adequado.”---

Deu conta das conclusões constantes no Relatório final relativas ao processo dos Aviários da Avarela que se transcrevem:-----

“A Comissão de Acompanhamento propõe à Assembleia Municipal que adopte a seguinte recomendação à Câmara Municipal:-----

Que o Município promova, em conjunto com as entidades da Administração Central, designadamente, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e o Ministério da Saúde, com a constituição de uma comissão para o efeito, a adequada monitorização e fiscalização da atividade dos Aviários da Avarela, com o acompanhamento da Associação de Moradores do Casal do Avarela e dos industriais de hotelaria;-----

Que o Município promova, em conjunto com a Autoridade de Saúde concelhia e o SEPNA/GNR e as Juntas de Freguesia, uma campanha de sensibilização das empresas proprietárias das instalações pecuárias do Concelho e limítrofes e, dos agricultores, para práticas nas respetivas atividades que coadunem com as normas legais respeitantes à Saúde Pública e o Ambiente;-----

Que os Órgãos Municipais, no quadro da próxima revisão do Plano Diretor Municipal de Óbidos, devem diligenciar a salvaguarda da inexistência de situações que sejam motivo de conflito entre diferentes naturezas de uso do solo, particularmente aquelas que ponham em causa áreas urbanizadas, de exploração turística ou de interesse paisagístico;-----

Que o Município, informe a Assembleia Municipal dos resultados da queixa apresentada à Inspeção-Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (IGAMAOT), contra diversas entidades licenciadoras e inspetivas, diretamente relacionadas com o processo dos Aviários da Avarela”.-----

---Pedi a a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso que aproveitou para recordar o facto de terem sido emitidas licenças de edificação quando já estava, há muitos anos, em exploração, naquela zona, a pedreira licenciada.-----

Aproveitou para cumprimentar os responsáveis pela elaboração do Relatório, salientando que relativamente à situação das moscas, seria importante rever a Postura Municipal, sobre a estrumação das terras, para ser diminuído o tempo dos estrumes a descoberto.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado que deu nota positiva pelo ambiente de cooperação de todos os membros da comissão e demais pessoas que



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>11</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

colaboraram neste trabalho sobre as questões relacionadas com a pedreira de gesso da Avarela e o excesso de moscas.-----

Referiu ainda que seria de absoluta conveniência passar a haver concertação e colaboração de todas entidades, passando, na sua opinião, pela necessidade da Câmara mudar a sua tática, quanto aos problemas identificados e conseqüente resolução, demonstrando a sua intenção de voto a favor neste ponto da ordem de trabalhos.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo cuja intervenção em nome do Grupo Municipal do PCP se transcreve:-----

“O Grupo Municipal do PCP congratula-se com as conclusões do Relatório da Comissão de Acompanhamento dos processos da Pedreira e dos Aviários da Avarela, considerando que as mesmas, no essencial, procuram salvaguardar os interesses e direitos fundamentais a uma vida digna e saudável dos moradores do Casal da Avarela.-----

A proposta de constituição da Comissão de Acompanhamento, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, teve como premissa, a necessidade de a Assembleia Municipal contribuir, com a sua apreciação dos problemas que afetam os moradores do Casal da Avarela e eventuais recomendações à Câmara Municipal, para a sua resolução.-----

É nosso entendimento que este objetivo foi alcançado, não só porque foi possível reunir um conjunto de informações resultantes de depoimentos orais e escritos e, de documentos que ajudaram a esclarecer diversos aspetos dos dois processos, mas também, porque os trabalhos desta Comissão serviram para trazer ao de cima a importância dos problemas em causa.-----

O Grupo Municipal do PCP, realça o empenho demonstrado pelos deputados municipais que compuseram a Comissão, para o bom desenvolvimento dos trabalhos da mesma, numa prova clara de que o trabalho autárquico, mesmo não remunerado ou subvencionado, pode e deve ser desenvolvido, tendo como princípio fundamental, a defesa dos interesses das populações.-----

Destacamos, também, o facto de os trabalhos desta Comissão terem tido sempre o contributo dos moradores do Casal da Avarela e dos empresários da zona, através dos seus representantes, afetados pelo funcionamento da Pedreira e pelas pragas de moscas, provando que a credibilidade do trabalho autárquico se enriquece com a ligação do mesmo aos problemas das populações e à sua participação na resolução daqueles.-----

Salientamos, igualmente, que a decisão de constituir esta Comissão, o seu funcionamento e as conclusões hoje apresentadas, prestigiam o principal órgão autárquico do Concelho – a Assembleia Municipal e realçam a sua importância.-----

Ao mesmo tempo, fica realçado o papel que os eleitos que a compõem têm para a defesa dos interesses da população do Concelho de Óbidos.-----

A Assembleia Municipal, tem hoje à sua disposição o Relatório Final da Comissão de Acompanhamento, com um conjunto de conclusões relativas a cada um dos processos e as respetivas recomendações para a Câmara Municipal de Óbidos.-----

Das conclusões constantes do Relatório e da análise que fazemos dos dois processos, salientamos um elemento comum a ambos - a existência da errada gestão do uso dos solos ao longo dos anos, por parte da Autarquia, estivesse quem estivesse à frente do Município. Subsistiu a política de conciliar o que é inconciliável. Com ou sem o contributo do Poder central, permitiu-se o arrastar dos problemas que não só não foram resolvidos, como ainda se agravaram nos tempos mais recentes.--



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>12</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

Importa no quadro dos instrumentos de gestão territorial, designadamente do Plano Diretor Municipal, definir as adequadas medidas para garantir os interesses dos moradores do Casal da Avarela e de outros circundantes.-----

É nosso entendimento que as recomendações propostas serão um importante contributo para a resolução dos problemas existentes, pelo que deverão ser aprovadas por esta Assembleia Municipal.-----

Pela parte do PCP, quer nesta Assembleia, quer na Assembleia da República, continuaremos a acompanhar estes processos e a intervir no sentido de uma resolução definitiva dos mesmos.-----

Tenho dito. José Raposo”-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira para agradecer em seu nome e, em nome do Grupo Municipal do PSD agradecer, louvar e parabenizar o trabalho desenvolvido pela Comissão.-----

---O senhor Presidente da Câmara referiu que este, teria sido um excelente exercício de democracia, sendo para ele, um motivo de regozijo, o trabalho efetuado por todos os intervenientes, tendo o Relatório dado alguma consistência aquilo que foi o trabalho que, a Câmara desenvolveu ao longo dos últimos tempos acerca desta matéria.-----

Sem prejuízo do trabalho efetuado, deu conta, no seu entender de algumas imprecisões e omissões no Relatório bem como informações complementares, nomeadamente em matéria das Pedreiras, onde não foi mencionada as diligências que a Câmara Municipal tomou no sentido de emissão da DIA, entre outras.-----

No que diz respeito à situação das moscas, referiu que se assume em dois mil e nove a Câmara emitiu uma carta conforto, onde esclareceu que tal, não habilitava o requerente a afirmar que o processo estaria licenciado. -----

Esclareceu que na altura em que ocorreu o incêndio do aviário, a Câmara nunca permitiu a legalização dos aviários.-----

Mencionou ainda que estaria omitido no Relatório o facto do Município em dois mil e quatro, ter proposto a deslocalização ao investidor em causa.-----

Relativamente à dificuldade em se identificar o foco principal, questionou se eventualmente, a Comissão não teria tido acesso aos relatórios da DRAP-LVT onde se constatou que o plano de efluentes não teria sido cumprido conforme a DIA, nem detetaram ter existido uma alteração por parte da DRAP-LVT, do plano sem que a APA o tivesse autorizado nos termos da lei.-----

Deu conta da falta de documentos técnicos, pecando na sua opinião por omissão, bem como pelo facto, dos relatórios atualizados não terem sido tidos em consideração bem como outras informações por parte das entidades competentes.---

---O senhor presidente da mesa pediu para ver esclarecidas algumas das afirmações constantes no Relatório, pois algumas, na sua opinião, assentariam em juízos de valor e interpretações erradas e falsas, tendo demonstrado a sua não concordância, acompanhando contudo a Comissão, no conjunto de recomendações efetuadas no final do Relatório.-----

---O senhor deputado José Raposo fez saber que, o senhor Presidente da Câmara só deveria tomar posição sobre o assunto, somente após a votação, não achando igualmente ético que o senhor Presidente fizesse apreciações e considerações acerca do Relatório no período antes da ordem do dia.-----

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara, que em reunião ou de forma escrita, apresentasse à Comissão cada umas das questões que ali teria colocado, por forma a serem respondidas da forma mais detalhada possível.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>13</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

Contrariamente ao que foi afirmado, referiu que, no Relatório estariam citados documentos com posição da Câmara Municipal relativamente aos diversos assuntos, estando inclusivamente anexados vinte e três documentos de diversa ordem que considerou esclarecedores.-----

Acrescentou que a Comissão constituída não seria uma Comissão Técnica, considerando não ser obrigada a pronunciar-se acerca documentos e declarações dos diversos intervenientes sobre o processo, tendo procurado no plano político e, designadamente no plano político autárquico, tomar uma posição sobre os dois assuntos e, contribuir para uma decisão da Assembleia Municipal sobre as matérias em causa.-----

Concluiu que a intervenção do senhor Presidente da Câmara, teria contribuído fundamentalmente para ser posto em causa o Relatório Final, a Comissão bem como o papel da Assembleia Municipal.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado, que relativamente ao problema das moscas, afirmou ter existido falta de articulação entre a senhora Delegada de Saúde e Câmara Municipal.-----

Concluiu que existiriam vários focos, sendo de absoluta conveniência por forma a ser eficaz, combater os mesmos de forma ordenada e cooperante, admitindo ainda que o relatório poderia ser susceptível de melhorias.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para a necessidade do documento em causa ter de ser altamente rigoroso, tendo demonstrado a sua total disponibilidade e apoio na elaboração do mesmo, salientando que este, deveria ser baseado apenas, em situações de facto e não em questões de opinião subjetiva, sugerindo que este fosse reescrito, sob pena do senhor Presidente da Assembleia não poder votar favoravelmente este ponto.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, para destacar o facto da Comissão ter sido constituída democraticamente importando na sua opinião, apurar responsabilidades.-----

---O senhor Presidente da Câmara reconheceu que a elaboração do relatório teria exigido por parte da Comissão, bastante esforço e dedicação, contudo, na sua opinião, existiriam factos que não estariam vertidos no mesmo, disponibilizando-se para fornecer a informação necessária à Comissão para que esta pudesse vir a refletir acerca do documento em causa, por forma a que o Relatório fosse um documento ainda mais forte e inatacável.-----

---O senhor deputado José Raposo fez saber que, apesar da opinião dos senhores Presidentes da Assembleia e Câmara Municipal, acerca do Relatório, a Comissão de Acompanhamento teria entendido consensualmente, dar por concluídos os trabalhos, cumprindo na sua opinião, a missão que lhe teria sido atribuída, e que esta matéria teria sido suficientemente discutida e, os elementos essenciais constariam do mesmo.-----

Concluiu que o Relatório teria sido elaborado à imagem das conclusões tiradas pela Comissão no desenvolvimento dos trabalhos efetuados.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira propôs à mesa que o presente ponto e à semelhança do ponto 5, fosse retirado da votação e que, fosse agendada uma reunião no sentido de se aferir se é susceptível de ser alterado, e que estes fossem apreciados na próxima reunião da Assembleia Municipal.-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>14</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

---O senhor deputado Francisco Brás Teixeira demonstrou a sua não concordância com a alteração do Relatório, sendo da opinião que o mesmo deveria ser submetido à apreciação dos presentes, nas condições em que o mesmo se apresentava.-----

---O senhor deputado José Machado sugeriu que o relatório fosse submetido à apreciação da Assembleia Municipal, ficando a Comissão disponível para posteriormente esclarecer as questões e caso, se justificasse fosse feito um aditamento retificativo.-----

---O senhor deputado João Paulo Cardoso, destacou que seria de boa fé receber o contributo que foi feito pela Comissão bem como as recomendações que constam do mesmo.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira referiu que a Comissão seria constituída por vários elementos, para além dos três deputados municipais pelo que, estes mereceriam o máximo respeito por parte desta Instituição, voltando a sugerir que toda a Comissão reunisse no sentido de verificação do Relatório em causa.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gaeiras afirmando que, para a resolução deste problema importaria ter um Relatório forte com o contributo de todos.-----

---A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade dar o uso da palavra ao representante da Comissão de Moradores da Avarela para que este se pudesse pronunciar.-----

---O senhor Fernando Fernandes, na qualidade de representante da Comissão de Moradores da Avarela, fez saber que teria participado nos trabalhos da Comissão, referiu a intenção inicial não seria misturar política com as questões dos moradores, e essa situação foi respeitada.-----

Afirmou que teriam constatado que, existiam relatórios de entidades que não correspondiam à realidade, inclusive da delegação de saúde.-----

Relativamente à pedreira a situação ficou bem demonstrada e, aparentemente a laboração da pedreira iria terminar.-----

No que dizia respeito à situação das moscas, salientou que o espírito da Comissão foi, o de mostrar inequivocamente que existiam moscas de um modo geral, e que existiam picos de incidência, provocados pelo Aviário, e seria esse o trabalho que este subscrevia, não se revendo neste tipo de picardias políticas, pois teria ficado provado que, quando o promotor não fazia os devidos tratamentos registava-se um aumento significativo do número de moscas.-----

Concluiu que as atividades económicas poderiam conviver perfeitamente, desde que as regras fossem respeitadas e, seria esse o apelo da Comissão de Moradores.-----

---O senhor deputado Jorge Veloso sugeriu que o mesmo fosse votado de imediato, atendendo ao extenso período de discussão que este teria sido alvo, não fazendo qualquer sentido retirar o mesmo da ordem de trabalhos.-----

---O Relatório faz parte integrante da ata, transcrevendo-se aqui as suas conclusões:  
**“RELATÓRIO FINAL DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CASAL DA AVARELA**-----

**- SOBRE A PEDREIRA DA AVARELA**-----

Em conclusão:-----

- A não cessação da actividade de exploração da pedreira da Avarela, representará a permanência de uma situação de conflitualidade de uso do solo, considerando que os sucessivos executivos municipais, ao longo dos anos, desde a criação da urbanização do Casal da Avarela, não tomaram as adequadas medidas de



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>15</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

salvaguarda, com recurso aos instrumentos de gestão territorial, designadamente o PDM, considerando que antes da construção das moradias e do hotel de 4 estrelas, não foram tomadas as medidas adequadas, tendo em conta que a pedra já estava então a laborar legalmente desde 1924. Agora, se a pedra continuar a laborar, importa minimizar os seus impactos.-----

- Os habitantes do Casal da Avarela, por um período ainda indeterminado de tempo, continuarão a sofrer os efeitos nefastos da exploração da pedra, já que não foi possível provar que quaisquer medidas de ordem técnica já adoptadas ou que possam vir a ser adoptadas pela empresa, reduzam de forma significativa os impactos ambientais e patrimoniais já constatados.-----

- Importa garantir que até à cessação da actividade da Pedreira, sejam despeitadas as normas legais de foro ambiental que salvaguardem os direitos e interesses dos moradores do Casal da Avarela.-----

- A Assembleia Municipal de Óbidos, deverá tomar como resolução, a recomendação à Câmara Municipal de Óbidos, para que:-----

- encete todas as diligências que, no âmbito da suas competências devam ser tomadas junto do Governo, para que a exploração da pedra da Avarela cesse, no mais curto espaço de tempo, a actividade, com a consequente reposição da área explorada;-----

- promova, em conjunto com a Autoridade de Saúde concelhia, o rastreio da situação dos habitantes do Casal do Avarela, com a adopção de um plano de vigilância da sua saúde pelo período de tempo adequado.-----

- **SOBRE OS AVIÁRIOS DA AVARELA**-----

Em conclusão:-----

- A Comissão de Acompanhamento, considerando o conjunto de depoimentos, declarações escritas, relatórios e outros documentos postos à sua disposição, não pode dar por concluído que, como única fonte da proliferação de moscas no concelho de Óbidos, estejam os aviários da Sociedade Avícola da Avarela.-----

- Considera, contudo, que aqueles aviários são uma das fontes, podendo ser a principal, designadamente quando a proliferação incide sobre a zona do Casal do Avarela e imediações, incluindo a Vila de Óbidos.-----

- A Comissão de Acompanhamento, ponderando os dados postos à sua disposição, considera que relativamente à proliferação de moscas na zona do Casal do Avarela, a mesma apresenta os seus picos de incidência coincidentes com a ausência de intervenção química no interior dos Aviários do Avarela, para a debelação dos insectos.-----

- A este facto, acresce a reiterada ausência de cumprimento das normas para manuseamento, depósito e transporte de estrumes e chorumes, tendo ficado comprovada a inexistência de integrais cuidados e de cumprimento das normas legais e regulamentares, a este nível.-----

- Relativamente às conclusões do número 3, as mesmas estão elaboradas com base em informações de vizinhos deste aviário e nos relatórios de diferentes visitas efectuadas em momentos diferentes pelas entidades inspectivas e fiscalizadoras, já anteriormente referidos.-----

- Quanto aos estrumes e atendendo a que o proprietário diz possuir as guias de acompanhamento e seu registo, convirá que a entidade com competências para tal se pronuncie sobre o assunto.-----

- Não está absolutamente esclarecido se os moradores da Avarela e o proprietário do hotel de 4 estrelas que ali foi construído (todos posteriormente ao licenciamento



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>16</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

da pedra e do aviário), tinham informação sobre o que já existia na sua envolvente e que, obviamente, é potencial fonte de perturbação ambiental.-----

- A Comissão não afasta, contudo, a possibilidade da existência de outras fontes de proliferação das pragas de moscas, no território em causa e noutros locais do concelho de Óbidos, considerando para o efeito: os dados fornecidos no Relatório da Agência Portuguesa do Ambiente, sobre a acção inspectiva, levada a cabo conjuntamente por várias entidades, no dia 13 de Julho, a seis instalações pecuárias; e as declarações e relatório da Autoridade de Saúde concelhia; os resultados das acções fiscalizadoras do Veterinário Municipal, em conjunto ou não, com a Autoridade de Saúde, junto dos agricultores do concelho de Óbidos.-----

- A Comissão de Acompanhamento propõe à Assembleia Municipal que adopte a seguinte recomendação à Câmara Municipal:-----

- que o Município promova, em conjunto com as entidades da Administração Central, designadamente, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e o Ministério da Saúde, com a constituição de uma comissão para o efeito, a adequada monitorização e fiscalização da actividade dos Aviários da Avarela, com o acompanhamento da Associação de Moradores do Casal do Avarela e dos industriais de hotelaria;-----

- que o Município promova, em conjunto com a Autoridade de Saúde concelhia e o SEPNA/GNR e as Juntas de Freguesia, uma campanha de sensibilização das empresas proprietárias das instalações pecuárias do Concelho e limítrofes e, dos agricultores, para práticas nas respectivas actividades que coadunem com as normas legais respeitantes à Saúde Pública e o Ambiente;-----

- que os Órgãos Municipais, no quadro da próxima revisão do Plano Director Municipal de Óbidos, devem diligenciar a salvaguarda da inexistência de situações que sejam motivo de conflito entre diferentes natureza de uso do solo, particularmente aquelas que ponham em causa áreas urbanizadas, de exploração turística ou de interesse paisagístico;-----

- que o Município, informe a Assembleia Municipal dos resultados da queixa apresentada à Inspeção-Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (IGAMAOT), contra diversas entidades licenciadores e inspectivas, directamente relacionados com o processo dos Aviários da Avarela.”-----

**Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovado por maioria, com doze votos a favor, nove votos contra e seis abstenções.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

***Foi apresentada declaração de voto pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho que se transcreve:***-----

“Voto contra pois esta comissão devia ser mais abrangente e alargada, nomeadamente a questão das pedreiras na Freguesia da Amoreira e do Olho Marinho, assim como os aviários na Freguesia da Amoreira, isto porque na formação da dita comissão eu alertei para este facto, pois os membros do partido político da CDU tanto na assembleia de freguesia do Olho Marinho como na assembleia municipal já várias vezes se tinham manifestado sobre a pedra no Olho Marinho e desta vez nada fizeram nesta comissão alargada sobre este assunto”.-----

***Foi apresentada declaração de voto do Grupo Municipal do PS que se transcreve:***-----

**“Declaração de voto do grupo municipal do PS**-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>17</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

Votámos a favor do relatório porque é um documento que aborda bem a problemática quer quanto à pedreira de gesso quer quanto ao excesso de moscas, pondo em evidência variados aspetos que eram, até agora, desconhecidos da generalidade dos membros da Assembleia Municipal de Óbidos.-----

Houve questionáveis decisões de ordenamento do território. Não se pode ter “sol na eira e, ao lado, chuva no nabal!”. Explicando melhor: um hotel de 4 estrelas não fica bem situado junto a uma pedreira e a um aviário que já lá estavam.-----

Contrariamente ao que o Presidente da Câmara vem afirmando, vários organismos oficiais entendem que o grave problema das moscas em Óbidos não se deve apenas ao aviário da Avarela. Assim, se esse aviário deixasse de funcionar e mais nada se fizesse no combate às moscas, o problema da existência daqueles insetos no concelho de Óbidos não ficaria resolvido. Tal como com o fecho, há anos, do aviário da Propinto (junto ao empreendimento turístico da Praia D'el-Rei) não evitou que conste o seguinte na ata da reunião pública da Câmara Municipal de 18 de março de 2016: Usou da palavra representante da Praia D'El -Rei (fica a muitos quilómetros do aviário da Avarela), que se referiu ao elevado número de moscas no resort e as diligências que já fez junto das autoridades sanitárias para minimizar este problema. Pediu também que seja feita uma redistribuição dos ecopontos existentes no empreendimento e que no verão sejam feitas mais recolhas do lixo.-----

Quanto à política de zigue-zague da CMO relativamente a esta problemática, é esclarecedora a transcrição seguinte da ata da reunião de Câmara de 2 de Maio de 2013: Após, durante anos, a maioria política desta Câmara dizer que a origem do problema das moscas em Óbidos se devia principalmente ao aviário da Avarela, vem hoje essa mesma maioria apresentar uma proposta onde consta que o aviário da Avarela é do ponto de vista ambiental viável, uma vez que os impactos negativos decorrentes da sua exploração são pouco significativos e minimizáveis, havendo apenas problemas com o índice de construção. E mais adiante está escrito neste documento que não existem impactos ambientais assinaláveis.-----

É também significativa a seguinte passagem do relatório que a Delegada de Saúde enviou este ano para o Município:-----

“...considero não existirem evidências que confirmem a queixa de existência de incumprimentos ou inconformidades sanitários, relativamente à exploração avícola do Casal da Avarela causadoras do número excessivo de moscas no concelho de Óbidos. Permanece no entanto a questão, muito relevante, da existência destes insetos em número, por vezes excessivo e incomodativo, sobretudo em determinadas alturas do ano, não sendo no entanto uma situação exclusiva do concelho de Óbidos. As causas são geralmente múltiplas climáticas, sanitárias, etc. Lembra-se a campanha e a legislação que desde os anos 20 do século passado, a Direção Geral de Saúde produziu, no sentido de mitigar a existência destes vetores e que na nossa opinião permanece interessante. Importa um olhar mais sistémico e global sobre esta questão...”-----

O relatório homologado pelo Secretário de Estado do Ambiente, em 28 de julho de 2016, sobre este assunto, tem a conclusão de que são múltiplos os fatores que contribuem para a propagação de insetos e não apenas um isoladamente.-----

Sendo contrárias as posições da Câmara, por um lado, e por outro da Delegada de Saúde, da Secretaria de Estado do Ambiente e de outros organismos da Administração Central, importa que, com rigor e frontalidade, este assunto seja esclarecido e, em seguida, haver consequências.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>18</b>
<b>Ata n.º 5</b>		<b>Reunião de 24/11/2016</b>

Falta conhecer o resultado da queixa, deste ano, da CMO, contra organismos da Administração Central, com ameaça de recurso à via judicial, relativamente ao aviário da Avarela.-----

Entendemos que deverá passar a haver efetiva cooperação entre todos os organismos oficiais, em vez de ameaça de recurso à via judicial. Importa é resolver o problema de excesso de moscas que afeta as pessoas e várias empresas.-----

Defendemos que deve ser dita toda a verdade sobre estes problemas e não criar expectativas ou mesmo fazer promessas que não se cumprem.-----

A solução passará por envolver mais todos os *stakeholders* e resolver o assunto com base no bom senso, nas regras aplicáveis e nas melhores práticas.-----

Lembra-se o fracasso da promessa, há anos, do PSD de Óbidos para resolver o problema das construções dos edifícios G's no Bom Sucesso. Passaram muitos anos e está na mesma! Não se aprendeu com a lição deste fracasso. Parece que agora se está a utilizar a mesma tática: falar "grosso" para impressionar o público, designadamente através da comunicação social. Depois, como o problema não se resolve, muitas pessoas deixam de acreditar e atingimos uma abstenção, nas eleições autárquicas, de cerca de 50% no concelho de Óbidos.-----

Depois de tantos anos em que o problema do excesso de moscas tem persistido, importa passar a ser eficaz, de acordo com as melhores práticas que tardam em ser implementadas. Deverá começar-se por ação concertada e cooperante de todas as entidades oficiais com competência nesta matéria".-----

**Ponto Seis - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Fixação de Taxas de IMI para o ano de 2017;**-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de uma Proposta subscrita pelos Grupos Municipais do PS e CDU para redução da taxa de IMI, tendo a mesma sido lida pelo senhor deputado José Machado, cujo teor foi o seguinte:-----

*"Proposta para redução da taxa de IMI*-----

*Considerando que:*-----

*Em muitos municípios a taxa do IMI é de 0,30 % (taxa mínima para prédios urbanos avaliados) e em Óbidos a Câmara Municipal pretende manter a taxa de 0,36%, portanto superior em 20% ao praticado em cerca de 100 municípios portugueses.---*

*De referir que o valor de receita de IMI tem aumentado, no concelho de Óbidos, nos últimos anos.*-----

*Como o poder de compra é mais baixo no concelho de Óbidos do que noutros concelhos que já têm uma taxa mais baixa de IMI, muitos pequenos proprietários fazem aqui um esforço financeiro maior do que nos outros mencionados concelhos, para pagar este imposto.*-----

*Para além de no concelho de Óbidos se pagar uma taxa de IMI que tem o mencionado acréscimo de 20%, há a agravante dos coeficientes de valorização dos prédios nalguns locais rurais deste, serem mais elevados do que a média nacional para situações idênticas, o que merece uma reanálise.*-----

*De referir que os coeficientes de localização no concelho de Óbidos variam entre 0,6 e 1,6 e o Código do IMI prevê irem de 0,35 a 2.*-----

*Uma das medidas para apoiar as famílias e a atividade económica do concelho será a taxa de IMI ser reduzida, conforme é possível legalmente e nós aqui propomos.*-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>19</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

*Sendo que para os pequenos proprietários, com poucos recursos, a situação é difícil, defendemos que o Município não deveria aumentar a receita global anual de IMI à custa dos pequenos proprietários, que empobreceram durante a crise.-----  
Esta proposta de redução da taxa do IMI poderá ser também uma forma de não penalizar mais as famílias que estão com dificuldade para cumprir os seus compromissos relativos às suas habitações, para com a Banca.-----*

*- Esta proposta, sendo aprovada, é uma contribuição positiva para aumentar a competitividade do nosso território, fazendo atrair mais população para o concelho de Óbidos.-----*

*Propõe-se:-----*

*Que vigore a taxa de 0,33% no IMI ( valor intermédio entre a atual taxa em Óbidos e o mínimo permitido legalmente), sendo 2016 o ano do imposto, mas a liquidar em 2017.-----*

*Óbidos, 24 de Novembro de 2016.-----*

*Os Grupos Municipais do PS e CDU".-----*

Após leitura da referida Proposta o senhor deputado José Machado, usou da palavra cuja intervenção se transcreve:-----

“Recorda-se que, já neste mandato, designadamente em 2013, propusemos a redução do IMI para a taxa de 0,30%, para os prédios urbanos, que é a praticada em muitos outros municípios, como, por exemplo, Caldas da Rainha e Lisboa.-----

De salientar que recentemente baixou a taxa máxima de IMI, pelo que faria sentido, no mínimo, também se repercutir essa redução no valor a pagar de IMI no nosso concelho.-----

Se o município de Óbidos tivesse boa situação financeira, não se compreenderia que se mantivesse uma taxa de IMI superior em 20% à que vai ser praticada em outros municípios (que adotaram a taxa mínima de 0,30 %).-----

Embora fosse desejável reduzir de 0,36 % para 0,30 % a taxa do IMI,acompanhando assim, as boas práticas de muitos outros Municípios, designadamente de Caldas da Rainha e de Lisboa, mas atendendo a que o Município de Óbidos, no próximo ano terá uma despesa muito elevada com juros e amortizações de empréstimos bancários, tal implicará uma redução mais moderada da taxa de IMI.-----

Por nossa vontade e para beneficiar a população, desejaríamos descer a taxa de IMI até aos 0,30 % .-----

Dado o que está a ser definido no Orçamento do Estado para 2017, os municípios com centros históricos classificados, com o é o caso de Óbidos desde há muitas dezenas de anos, deverão elaborar brevemente um regulamento especial para o IMI. De referir que atualmente, no centro histórico de Óbidos, a maioria dos edifícios não paga IMI, mas nos últimos anos, as Finanças têm tido o entendimento de mandar pagar IMI designadamente a algumas pequenas habitações dentro das muralhas. Em face do exposto, a autarquia deverá definir as situações de isenção de IMI no centro histórico de Óbidos, pondo termo à atual situação em que umas habitações pagam IMI e outras não”.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Francisco Brás Teixeira para sugerir que a Câmara Municipal, escolhesse uma zona do concelho, servindo esta como amostra, e reunisse junto da Conservatória Registo Predial e Finanças por forma a aferir se todo o património existente se confirmaria igualmente nos registos destes organismos, crendo que, se iria verificar uma obtenção natural de mais IMI por via de, não haver património cadastrado.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>20</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

---O senhor deputado João Paulo Cardoso pediu a palavra para salientar que caso fosse possível o IMI deveria ser reduzido, favorecendo assim as populações bem a atividade económica.-----

----O senhor deputado José Luís Oliveira esclareceu que todos seriam da opinião que a redução do IMI para 0,30 seria o ideal, contudo, parabenizou o executivo, pelo seu bom senso e boa gestão para o próximo ano, atendendo ao facto do Município ter tido em conta que teria de colaborar em investimentos futuros.-----

Concluiu que não teria sido mencionado e salvaguardado o facto das famílias numerosas e carenciadas poderem beneficiar de reduções no IMI.-----

---O senhor Presidente da Câmara, destacou o sentido de responsabilidade e, que este Município em matéria de IRS seria o que devolveria mais, estando na primeira linha no ranking nacional acrescentando que a receita que o Município abdicou significaria mais de meio milhão de euros, importando ainda referir que as famílias com um ou mais filhos terem benefícios, recordando ainda que a Assembleia Municipal aprovou áreas de reabilitação urbana como instrumentos de política de captação e fixação de residentes, isenção do IMI durante dez anos, aprovou isenções de IMT na primeira transação, receita que se deduziria à existente, concluindo que com a atribuição dos benefícios, a Câmara deixaria de receber aproximadamente três milhões de euros.-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e doze votos contra.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**---A Proposta apresentada pelos Grupos Municipais do PS e da CDU foi chumbada por maioria com doze votos a favor e quinze votos contra.**-----

**Ponto Sete - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de participação do Município no IRS em 2017;**-----

---O senhor deputado José Machado fez saber da intenção de voto favorável por parte do Grupo Municipal do PS.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira afirmou que o Município, com esta medida, devolveria aos contribuintes com um rendimento na ordem dos quinze mil euros, cerca de 600 euros, agradecendo o esforço do Município, sendo de louvar a manutenção do referido ponto.-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor e dois votos contra.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Ponto Oito - Apreciação e eventual aprovação da Proposta para lançamento de Derrama para o ano de 2017;**-----

---O senhor deputado José Machado pediu a palavra, referindo que, uma possível alternativa seria a isenção ser aplicável apenas até um determinado montante de lucro empresarial, contudo, não lhe teria sido disponibilizados elementos quantitativos para se analisar essa eventualidade, demonstrando contudo, intenção do voto favorável por parte do Grupo Municipal do PS.-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e dois votos contra.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Ponto Nove - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de fixação do percentual de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2017;**-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>21</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

---O senhor deputado José Machado atentou para o facto dos valores recebidos pelo Município de Óbidos terem sido muito reduzidos, estando previsto no próximo ano um valor de três mil e quinhentos euros, dando conta, de outros Municípios terem decidido não cobrar esta taxa, tendo demonstrado contudo, intenção do voto favorável por parte do Grupo Municipal do PS.-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Ponto Dez - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2017;**-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso que afirmou estar a ser proposto um mapa de pessoal com trezentos e onze trabalhadores da CMO, não estando aqui incluídos os trabalhadores da empresa municipal, correspondendo a uma redução de cinco trabalhadores, face ao documento análogo do ano anterior.-----

Afirmou ainda que, no ano de dois mil e dez, seriam trezentos e sessenta e dois, os trabalhadores da Câmara Municipal, verificando-se uma redução nos últimos anos, de cerca de uma centena de trabalhadores afetos à Câmara e Empresa Municipais.-- Propôs que houvesse um aproveitamento do potencial dos trabalhadores do município, pois, na sua opinião, reduziriam os custos com a contratação de serviços externos.-----

Por ultimo questionou se o senhor José Parreira iria ser substituído na empresa municipal Óbidos Criativa, acrescentando que, caso não houvesse essa necessidade, poderia depreender-se que esta teria pessoal dirigente a mais.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira referiu que seria de louvar a manutenção do número de postos de trabalho, bem como o esforço para se manter o número de trabalhadores tendo em conta os custos inerentes que traz ao Município, sendo este uma dos maiores custos, dentro da sua estrutura.-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Ponto Onze - Apreciação e eventual aprovação dos documentos previsionais (Orçamento e GOP) para 2017;**-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado cuja intervenção está constante na declaração de voto apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo cuja intervenção se transcreve:---

“Tal como o “Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano Para 2017”, começamos esta intervenção com a citação, neste caso de um ditado popular que surgiu de um acontecimento histórico ocorrido em França, em 1647 – “O pior cego é o que não quer ver”.-----

Vem isto a propósito da perspetiva económica lançada pela maioria PSD na Câmara Municipal, no Preâmbulo do Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano Para 2017. Maioria sempre tão atenta à realidade nacional, assumiu neste documento previsional uma declarada cegueira, quando considera que “Em 2017 não se prevê um volte face na economia nacional que permita perspetivar um crescimento da economia nacional.”-----

Ora, segundo o Instituto Nacional de Estatística, de acordo com anúncio feito no passado dia 15 de Novembro, o produto interno bruto (PIB) português avançou 1,6% no terceiro trimestre deste ano face ao mesmo período de 2015. Em cadeia, a economia cresceu 0,8%.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>22</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), este bom resultado deveu-se essencialmente a uma aceleração mais forte das exportações do que das importações. Além disso, a procura interna deu também um contributo mais positivo para o PIB, reflexo de mais consumo de bens não duradouros por parte das famílias. Esta segunda causa para o crescimento económico está diretamente ligada ao facto não digerido pelo PSD de que, no mínimo, foi travada a política de sistemática exploração e empobrecimento dos trabalhadores e do Povo em geral. E houve mesmo a recuperação e até a conquista de novos direitos, graças à intervenção do PCP nesse sentido. A reposição das 35 horas semanais de trabalho e a eliminação dos cortes salariais na administração pública, a reposição dos feriados, a reposição do IVA a 13% na restauração, a valorização das prestações sociais, a reposição dos complementos de reforma no Sector Empresarial do Estado, o aumento do salário mínimo nacional, com todas as limitações que tiveram, não deixaram de representar um sinal no sentido da reposição de direitos e de uma vida mais digna para uma parte muito significativa do Povo Português.-----

E, não fora a submissão à União Europeia e ao Euro e a ausência de determinação para enfrentar os grupos monopolistas, poder-se-ia ter ido bem mais longe.-----

Contrariamente ao que diz o dito Preâmbulo, a situação não é menos favorável, mas sim, mais favorável. E isto poderia ter reflexos no Orçamento desta Câmara se a mesma realmente fosse capaz de captar investimento sustentado e não projetos especulativos por detrás de falidos investimentos turísticos, como os do Vau e Bom Sucesso, que na realidade não deixam riqueza e emprego e só destroem o património natural e ambiental do Concelho.-----

Como insistentemente temos vindo a denunciar, o projeto que nos foi remetido para apreciação está assente numa estratégia que muito pouco tem a ver com o necessário desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho de Óbidos.-----

E ainda que aparentemente as despesas de capital, ou seja, o investimento cresça, o mesmo só acontece porque a Câmara Municipal de Óbidos “empurrou com a barriga” uma série de projetos que vieram a saltar de ano para ano, sem concretização, tendo agora a sorte de fazer coincidir o seu novo anúncio com os financiamentos estruturais do Oeste 2020 e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.-----

De ano para ano, os investimentos sem execução – vejamos o que vai acontecer em 2017 com “dinheiro fresco” - repetem-se, o que facilmente se pode concluir por comparação dos documentos previsionais: “requalificação do Largo de São Marcos, nas Gaeiras”, a “reabilitação dos armazéns JCD, na A-da-Gorda”; a “requalificação da rede de distribuição de água na Vila de Óbidos”, e mais situações destas podem ser encontradas nos documentos analisados.-----

Como o PCP tem defendido, a gestão autárquica deste Concelho tem de dar prioridade ao investimento nas infraestruturas básicas, designadamente, a rede de distribuição de água; a rede de saneamento básico; a recolha de resíduos sólidos; e a rede viária municipal.-----

Refira-se também que no plano das despesas, se mantém ainda que atenuada a prática de um elevado recurso à aquisição de serviços: 28,41% das despesas correntes. Ou seja, confirma-se a opção na gestão da Câmara que privilegia esta solução, em detrimento da execução pelo próprio Município. -----

Dissemos relativamente ao Orçamento para 2016, que esta Câmara, não é mais, do que um “balcão” do Poder Central, em que se cumprem as competências pelo



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>23</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

mesmo fixadas, ao mesmo tempo que se deixam para segundo plano as reais responsabilidades de uma autarquia local autónoma do governo central.-----  
Mantém-se a estratégia assente na “Escola Municipal”, ainda que mitigada, primeiro, pela subscrição de um contrato intermunicipal a prazo, que deixou na Autarquia a responsabilidade da concretização das políticas de destruição da Escola Pública, com a degradação da qualidade do seu funcionamento. Depois, com a conjuntura política, decorrente da nova composição da Assembleia da República, em que este projeto de delegação de competências parece ter sido travado, ainda que a municipalização da Escola Pública se mantenha.-----

O que dissemos há um ano, sobre as receitas, no essencial, confirmou-se e assim nas “Receitas” para 2017, verifica-se uma queda acentuada das receitas próprias. E insiste-se, ainda assim nesse trajeto de dependência do orçamento das receitas em expectativas que consolidadas as contas, se verificam como não concretizadas – negócios das vendas de lotes de terrenos, por exemplo.-----

Temos uma opinião diferente, assente na ideia de que a Autarquia não é um vendedor de serviços; não deve perspectivar o futuro em expectativas sem segurança, como a da venda mais do que incerta de bens de investimento; na expectativa de que o financiamento dos investimentos será, *ad eternum*, suportado por fundos comunitários; de que a carga fiscal sobre os munícipes pode continuar a ser tão elevada como já hoje se verifica.-----

E como temos defendido, a Câmara Municipal de Óbidos deveria assumir diretamente as funções delegadas na Óbidos Criativa, continuando a não se justificar a sua existência. -----

Por último, ainda que não menos importante, voltamos a denunciar o facto de a maioria PSD, na CMO, reiteradamente não respeitar o direito de oposição, previsto no respetivo Estatuto, a se pronunciar sobre Plano e Orçamento anual.-----

Mais uma vez, o PCP não foi convocado para qualquer reunião, anterior à discussão e votação na Câmara Municipal, para abordar este assunto”.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira para clarificar no seu entender, alguns dos factos mencionados, nomeadamente no que dizia respeito à despesa corrente, pois contrariamente ao que foi dito, afirmou que se teria registado uma diminuição em relação ao orçamento para o ano de dois mil e dezassete, bem como na receita corrente, tendo a ver com impostos indiretos.-----

Acrescentou que apesar do Município ter feito um investimento no valor de aproximadamente quatro milhões de euros, verificava-se para dois mil e dezassete, um aumento nos investimentos em obras, pois só na presente data é que, se teria dado a abertura dos avisos de candidatura e respetivos procedimentos, destacando os Armazéns do Vinho da A-da-Gorda, a Requalificação da Estrada Principal de A-dos-Negros, Largo de São Marcos, bem como a Praça da Criatividade e Saneamento e Rede de Águas na Vila de Óbidos.-----

Concluiu que este seria um orçamento comedido e, no sentido de se continuar a ter um ano de dois mil e dezassete, seguro e sem sobressaltos.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso que referindo-se ao Orçamento, destacou o facto de não estarem especificadas despesas, à semelhança do que vinha a acontecer em anos anteriores, propondo que estes fossem devidamente identificados num próximo Orçamento, com o objetivo de haver uma perceção real da afetação dos valores em causa.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que este seria um orçamento que espelhava rigor, assente numa política de descentralização, destacando um





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>24</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

investimento em despesas de capital de cerca de cinco milhões de euros, procurando alavancar o conforto das populações bem como dar respostas sociais, investindo em diversas áreas.-----

Acrescentou que a razão pela qual não estariam especificadas algumas das despesas, teria a ver com o facto de ainda não estarem assinados contratos, pois de acordo com as regras previsionais, só assim se poderia dar entrada dessa receita, por forma a poder afetar as obras em verba definida.-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor, dois votos contra e dez abstenções.-----  
Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

*O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve:*“Declaração de voto do grupo municipal do PS-----

Nesta proposta de orçamento da CMO para 2017 constam 5,9 milhões de euros de despesas não definidas (página 17/64).-----

Recorda-se que, no anterior mandato, a Câmara apresentou e fez aprovar um orçamento de 40 milhões, com o argumento que era para combater a crise... Foi isso que também foi publicado na imprensa.-----

Alerta-se que não foi cumprida a lei que determina que devia ter sido ouvida a oposição. Esta questão já foi levantada anteriormente, designadamente na Assembleia Municipal.-----

O estatuto do Direito de Oposição nas autarquias locais está consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, baseando-se no princípio constitucional do direito de oposição democrática, constante do art.º 114.º da CRP.-----

Oposição é a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do órgão executivo da autarquia.-----

Na página 10/64 encontra-se um gráfico com os valores dos orçamentos dos últimos anos. Contudo, falta outro gráfico idêntico com os valores executados, os quais têm sido significativamente inferiores.-----

Falta também uma previsão ajustada do que será a execução no ano corrente. Refira-se que o PSD, na Assembleia da República, fez um “grande barulho” por causa da previsão ajustada para este ano não estar inicialmente devidamente discriminada. Pena é que o PSD, aqui em de Óbidos, ignore isto. Quando o PSD de Óbidos voltar à oposição, não deixará de reclamar essa previsão atualizada.-----

Conviria ser feita uma análise detalhada das despesas correntes, designadamente de fornecimentos e serviços externos, onde parece haver margem para mais reduções de valores; que seja feito os somatórios dos subsídios e “negócios de favor” que a CMO deu às empresas municipais, ao longo dos últimos mandatos. O seu total será superior ao valor da dívida bancária da Câmara”.-----

**Ponto Doze - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Plano Estratégico Educativo Municipal de Óbidos, conforme previsto na alínea h), do ponto n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro;**-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Sílvia Correia cuja intervenção se transcreve:-----

“ Este Plano Estratégico Educativo Municipal de Óbidos que já nos tinha sido apresentado no início do ano ainda em fase de construção, e tal como já o tínhamos referido na altura, apresenta-se na sua generalidade como muito dinâmico e com diferentes ideias e parcerias que se podem tornar atrativas na submissão de projetos de forma a conseguir financiamento por diferentes instituições. Apresenta uma série de estudos, análises SWOT, observando na sua generalidade o que já se sabia



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>25</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

ainda antes do estudo, que existe um problema nas taxas de sucesso globais que são inferiores às médias nacionais e com elevadas taxas de retenção. Elabora um plano de ação assente em diferentes eixos, complementado com a elaboração do plano anual de atividades em colaboração com o Agrupamento de Escolas e os parceiros, mas afinal continuam os mesmos problemas que ficam sem ser resolvidos, pois o complicado é colocar em prática tudo o que é proposto ser feito.---- Mais concretamente, o que o PCP tem vindo reiteradamente a defender é que se deve apostar na solução destes problemas escolares a nível da organização interna da escola, deve-se promover o estímulo ao bom comportamento dos alunos, resolver os problemas de abandono escolar (promovendo o gosto dos alunos pela escola criando atividades para os alunos) e pressionar a administração central para a contratação de mais funcionários auxiliares. Este tipo de planos estratégicos não resolvem na prática os problemas educativos no concelho, e para mostrar isso passemos a alguns exemplos:-----

-Foram criadas equipas educativas com o objetivo de colocar em ação alguns destes projetos escolares, entre elas a necessidade de tentar colmatar as dificuldades dos alunos em determinadas disciplinas, nomeadamente, o português, a matemática e o inglês. No entanto o que se verifica é que tem sido recorrente a falta dos professores a estes tempos letivos, para poderem estar noutras funções, levando a concluir que há falta de professores para poder concretizar este projeto.-----

-Podemos também acrescentar que as Oficinas no 3º ciclo, criadas para ajudar os alunos com dificuldades ou aqueles que querem ter melhores notas, acabam por não ter um horário compatível com todos os alunos, sendo que alguns só conseguem assistir a uma dessas aulas por semana. Voltamos a concluir que há então falta de professores, criando desigualdade entre alunos da mesma escola porque uns têm oportunidade de frequentar e outros não.-----

-Existem projetos/programas incluídos neste plano estratégico que deixaram de existir, como por exemplo a filosofia para crianças, assim como ofertas de desporto que não foram sequer oferecidas este ano letivo aos alunos. Temos o Fólio também integrado neste plano, que curiosamente este ano não contou com a visita dos alunos de todos os complexos escolares, pelo menos não contou com os alunos do Furadouro.-----

- O Plano Anual de Atividades do Agrupamento Escolar este ano tem uma aumento enorme nas atividades desportivas comparando com o ano anterior, no entanto há uma grande diminuição de atividades na área da Matemática e Ciências Experimentais, por exemplo. Ao serem já bem conhecidas as dificuldades na Matemática não se compreende porque é que não se aposta mais e desde logo nesta área e desde o 1º e 2º ciclo que é a altura em que se iniciam os problemas, e não só no 3º ciclo com as já referidas Oficinas da Matemática. Também na área da eco-escolas, em consonância com o ano anterior, não se prevêem atividades neste ano letivo. -----

Também ao nível de estruturas/espços de lazer para os alunos da Josefa de Óbidos, continuam a ter de deambular pelos corredores sem ter um local para estar, sem que ninguém os mande embora porque teoricamente não é permitido permanecerem nesse local.-----

- E quanto às salas de Artes houve alguma evolução? Continuam sem conseguir cumprir com o currículo nacional, por as salas de aula não comportarem o material necessário às manifestações artísticas dos alunos para que dêem asas à sua



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>26</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

criatividade? Num Município em que a Criatividade é a palavra de ordem, muito nos admira que seja tão mal tratada no 3º ciclo, ao nível das Artes.-----  
Portanto, o que a Escola de Óbidos precisa é de soluções práticas, projetos fáceis de implementar focados nas áreas que apresentam mais necessidades, deixando de lado as criatividades e sonhos pessoais de alguns, independentes de contratos interadministrativos com o Ministério da Educação, proporcionando a todos e por igual um ensino de qualidade de modo a resolver alguns dos problemas sentidos pelos alunos, encarregados de educação, professores e auxiliares”.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Anabela Blanc que fez saber inicialmente da sua não concordância, face ao carácter de importância que a mesma revestiria, que a presente proposta tivesse sido relegada para o décimo segundo ponto da ordem de trabalhos.-----

Afirmou que relativamente ao Projeto apresentado, seria necessário adotar as soluções apresentadas em relação às dificuldades que são diagnosticadas.-----  
Em relação ao diagnóstico, deu conta que Óbidos teria uma grande dispersão populacional faltando, no seu entender, diagnosticar as grandes assimetrias populacionais e urbanizacionais.-----

A senhora deputada referiu ainda que seria preocupante o facto de existirem duzentos e cinquenta e três alunos sem apoio, demonstrando a sua estranheza por não estar sinalizado qualquer aluno do ensino pré-escolar com necessidade de apoio.-----

Alertou para as elevadas taxas de insucesso/retenção e abandono escolar comparativamente à média nacional, sugerindo a criação de medidas concretas de ataque, para solucionar esta questão.-----

---A senhora deputada Joana Machado pediu a palavra, onde mencionou que o plano não referia nada em caso de abandono e/ou insucesso, sugerindo que dever-se-ia equacionar uma estratégia global, com intervenção junto das famílias.-----  
Acrescentou que este plano deveria dar mais valorização aos recursos humanos, em particular aos professores.-----

Alertou para o facto do mesmo não referir nada em relação às creches e pouco sobre o pré-escolar, tendo dado como exemplo o quadro número dez, constante da página vinte, onde se registaria o facto duzentas e cinquenta e três crianças não terem apoio educativo por não se enquadrarem no Decreto-Lei 3/2008.-----

Afirmou ainda que não se compreenderia não haver registo de crianças do ensino pré-escolar, com dificuldades quando existem noventa e oito crianças com dificuldades no primeiro Ciclo, sugerindo que essas dificuldades deveriam ser diagnosticadas e referenciadas.-----

---Foi dada a palavra à senhora Vereadora Celeste Afonso que esclareceu que partilhava das preocupações que foram apresentadas, relativamente ao Plano Estratégico, importando a forma como cada um encontraria a solução para as mesmas.-----

Informou que o Projeto Filosofia para crianças se mantinha como uma estratégia nas Escolas de Óbidos, não estando como disciplina, sendo agora os seus princípios transversais às várias áreas de atuação, sobretudo onde se encontravam os animadores.-----

Quanto às Oficinas da Matemática, considerou ser um projeto de sucesso, onde seriam apresentados projetos pelos professores para desenvolver com os seus alunos do 3º Ciclo e Secundário, contudo não significaria que, os alunos dos outros ciclos, não tivessem atividades ou projetos de desenvolvimento da Matemática.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>27</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

No que diz respeito à falta de recursos nas salas das artes, informou que existiriam duas salas onde seriam ministradas as aulas, sendo que, uma das salas estaria munida de mais equipamento que a outra, desconhecendo que exista falta de equipamentos nas mesmas.-----

Considerou que de acordo com o que foi reportado, para se ter sucesso, teria de se partir para projetos fáceis de implementar, considerando que essa não seria uma estratégia a longo prazo, afirmando que, também a senhora vereadora gostaria que um projeto com essa visão fosse fácil de implementar.-----

Deu conta que existiriam cerca de doze Municípios com contrato interadministrativo que estariam a deparar-se com imensas dificuldades administrativas, não se encontrando estes, ainda nesta fase mais avançada.-----

Deu conta que constaria do relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento, que teria sido atingido e superado, tudo o que estava definido, aquando da celebração do contrato interadministrativo.-----

Fez saber que, o Plano de Melhoria apresentado pelo Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, foi elogiado tendo inclusive originado o aumento de dois professores, pois este assentaria no Plano Estratégico, contendo orientações, sendo que as ações concretas constariam no projeto educativo do agrupamento, tendo este sido elaborado e aprovado que, por sua vez, se concretizaria no plano anual de atividades, que são definidas tendo em conta as metas apontadas, trabalhando assim num todo.-----

Relativamente aos apoios educativos, deu conta que respeitava as posições acerca deste assunto, contudo fez saber que o Projeto contemplava, uma forma alternativa de o fazer, assentando em estratégias individualizadas que deem resposta a cada um dos alunos, tendo os professores obtido bastante formação para esse efeito.-----

Concluiu que, sendo esta uma escola territorial, a estratégia seria definida pelo professor onde se incluíam os conteúdos curriculares, dando como exemplo que os alunos que fizeram parte do FOLIO, enquanto alunos privilegiados, com um conjunto de ações ao longo do ano letivo, mesmo que todos não tenham tido a oportunidade de visitar o FOLIO, salientando que as escolas foram alvo de visitas por parte de autores e ilustradores e que, algumas das exposições se mantinham, por forma a terem um acompanhamento e uma visita trabalhada para eles.-----

---A senhora deputada Anabela Blanc referiu que teriam diferentes conceitos da realidade existente, dando conta que houve alunos do Complexo Escolar do Alvito que tiveram de pagar para visitarem o FOLIO, e, que na sua opinião não era possível prestar um apoio direcionado às dificuldades de cada aluno com uma turma composta por trinta alunos, sugerindo que deveriam ser analisadas quais as estratégias utilizadas nas escolas com sucesso escolar por forma a poderem ser adoptadas.-----

---A senhora vereadora Celeste Afonso, afirmou que não lhes competia definir a pedagogia, daí existir uma equipa de especialistas a monitorizar e a acompanhar os professores, tendo convidado a assistir, a um desdobramento de aula enquanto equipas educativas.-----

Esclareceu a senhora deputada Anabela Blanc que seria de todo impossível trazer todos os alunos ao FOLIO, atendendo aos recursos existentes. -----

Acrescentou que os professores ao terem conhecimento desta situação, acordaram que preparariam visitas de estudo a Óbidos, à semelhança de outras visitas que decorriam durante o ano letivo.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>28</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor, dois votos contra e dez abstenções.---**

**Aprovado em minuta por unanimidade.**

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto que se transcreve:  
"Declaração de voto do grupo municipal do PS-----

A existência de um plano estratégico de educação é um instrumento fundamental para o diagnóstico e planificação das estratégias a adotar para solucionar os problemas detetados.-----

Do diagnóstico efetuado é de relevar que no concelho de Óbidos, do ponto de vista económico, predomina um "ruralismo moderno", para depois mais à frente se diagnosticar que predomina uma agricultura tradicional.-----

Não é efetuada qualquer menção às assimetrias do concelho quer urbanísticas - ao nível do número de habitantes, quer às vivências várias do concelho, geograficamente grande.-----

De notar, com grande transtorno, a grande taxa de retenção escolar, em todos os anos letivos, principalmente, no 12º ano, com 55% de retenção.-----

Não seriam de esperar estes dados oficiais, depois de todos os programas promovidos pela Câmara Municipal, com prémios para os edifícios escolares, uma vez que, educação se reduz a construção de escolas.-----

Face aos resultados escolares apresentados, as estratégias para os superar apresentadas pelo PEM, não são proporcionais à gravidade da situação.-----

Resumem-se à continuação da realização de eventos, e ao invés de se apresentarem estratégias concretas e planificadas no tempo e no espaço, o documento apenas indica intenções de realização vagas e generalistas.-----

Estas medidas vêm contidas nos chamados eixos que a seguir se descrevem:-----

Eixo n.º 1 – querendo-se criatividade e inovação deveria identificar-se qual a participação esperada dos alunos. Que desenvolvimento se espera de projetos de carácter criativo e inovador?-----

Eixo n.º 2 – promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar: este deveria ser o eixo n.º 1. É isto que verdadeiramente interessa. Reduzir a retenção (vulgo chumbos) não é uma estratégia. É quanto muito uma meta, não quantificada.-

O plano não refere nada em caso de abandono e ou insucesso: dever-se-ia equacionar uma estratégia global, com intervenção junto das famílias. Não há nada sobre diversificação dos percursos educativos.-----

O documento tem muita teoria, mas poucas estratégias práticas.-----

Eixo n.º 3 – valorização dos serviços e recursos educativos – parece haver maior preocupação com a valorização dos espaços do que com os recursos humanos, em particular os professores. São muito escassas as referências aos Recursos Humanos e à sua valorização.-----

Eixo n.º 4 – rentabilizar edifícios e meios existentes é positivo. Falta explicar o interesse prático em se criar um portal da educação comum entre o município e a escola.-----

Não existe uma linha sobre aquilo que o concelho quer ser em termos de desenvolvimento. Deveria haver uma ideia para o futuro do concelho e o plano poder ser tributário dessa ideia, fazer convergir esforços para a formação/educação de pessoas preparadas para dar vida a esse futuro.-----

Há omissão sobre creches e pouco se aborda o pré-escolar. Falta sobre participação cívica.-----

Não existe ligação entre estratégias e metas.-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>29</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

Por fim, conclui-se que o diagnóstico e resultados apresentados são o resultado das políticas educativas adotadas pelo PSD nos últimos anos, que não conseguiu promover o sucesso educativo”.

**Ponto Treze - Apreciação e eventual autorização da proposta de contratação de empréstimo de longo prazo até ao montante de €525.000,00, ao abrigo do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais, de acordo com o previsto na alínea no n.º 3 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho:**

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado que referiu que o empréstimo se destinava a repavimentação de vários troços, caminhos e estradas do Concelho, aquisição de inertes, misturas betuminosas, pré-fabricados e outros, por lotes. Destacou o facto de duas instituições bancárias consultadas não terem apresentado proposta para este empréstimo.

Deu conta da sua não concordância na contratação do empréstimo, sendo significativo, na sua opinião, o facto do CDS também estar contra para além da oposição representada nesta Assembleia.

---O senhor deputado Francisco Brás Teixeira, do ponto de vista técnico, referiu que se tratava de um empréstimo de baixo montante, no valor de quinhentos e vinte e cinco mil euros, com um período de carência de dois anos, referindo que o período de carência de capital, no Estado, só teria sentido se, o fim a que se destina o crédito fosse um investimento que após a sua conclusão, ajudasse a amortizar o crédito, não sendo, no seu entender, esse o caso.

Acrescentou que a não amortização de capital e o período de carência associado, implicaria um custo adicional para o Município, aumentando a prestação mensal em cerca de quinhentos euros, não fazendo sentido, na sua opinião, para obras desta natureza, pois o fruto do empréstimo não gerava valia que viesse a pagar o capital.

---O senhor deputado Jorge Veloso referiu que se tratava de um empréstimo, sobretudo para alcatrão, pelo período de quinze anos.

Destacou que os estragos dos pavimentos nomeadamente na Estrada da Capeleira, Vila de Óbidos, Sobral da Lagoa, se deviam sobretudo a roturas nas condutas de água, sendo da opinião que seria mais prudente utilizar o empréstimo para as infra-estruturas de saneamento e abastecimento de água e posteriormente reparar as estradas, tendo alertado, e aproveitado a presença do senhor Vereador José Pereira, para que tomasse em boa nota e não se repetisse o sucedido em A-da-Gorda e A-dos-Negros, que se renovaram as infraestruturas após o alcatramento.

Por último, e apesar de considerar o alcatramento uma intervenção necessária, fez saber que este não deveria ser usado como propaganda para as próximas autárquicas, importando resolver o problema de raiz.

---O senhor deputado José Luís Oliveira pediu a palavra, no sentido de esclarecer que, o que estaria para aprovação seria a adjudicação do empréstimo, pois a prévia autorização já teria sido aprovada na Assembleia Municipal anterior.

Relembrou que existiriam empréstimos constituídos no mandato do Partido Socialista que estariam ainda a ser amortizados.

---O senhor Presidente da Câmara explicou que se tratava de um empréstimo para investimento, referindo que o Município reduziu a dívida de médio e longo prazo nos últimos três anos em mais de dois milhões e seiscentos mil euros, tendo a Câmara



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>30</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>

Municipal condições, na sua opinião, de solver o empréstimo, não tendo como objetivo utilizá-lo como forma de propaganda eleitoral, mas a continuação da promoção e salvaguarda dos interesses dos munícipes.-----

---O senhor Presidente da Assembleia felicitou a Câmara Municipal pelas condições contratualizadas do empréstimo.-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e doze votos contra.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Foi apresentada declaração de voto do Grupo Municipal do PS que se transcreve:**-----

“Declaração de voto do grupo municipal do PS-----

O Grupo Municipal do PS é contra a proposta de novo empréstimo bancário, pelos seguintes motivos:-----

Neste mandato autárquico, a Câmara Municipal de Óbidos recebeu milhões de euros de receitas extraordinárias de um empreendimento turístico, nos anos de 2013 e 2014, e não fez ainda as prometidas obras. Como já gastou esse dinheiro, agora diz ter necessidade de mais um empréstimo bancário.-----

Lamenta-se que a maioria PSD queira, quando estamos a menos de um ano do final deste mandato, contrair um novo empréstimo bancário que começará a ser pago só no mandato seguinte. Será quem vier a ganhar as próximas eleições autárquicas, que terá o encargo de pagar essa dívida. Admite-se que não será o PSD.-----

Entendemos que se devia ser dada prioridade a investimentos fundamentais, tais como a substituição de redes de água.-----

Quanto a outras obras que foram promessas do PSD, nada a opôr se houver dinheiro para tal. Recorrer agora a novo empréstimo é sobrecarregar ainda mais o futuro mandato.-----

De salientar que actualmente, o Município já tem um encargo anual de cerca de um milhão de euros, juros e amortizações, com o resultado de empréstimos anteriores.--

A muito recente venda dos dois lotes, atrás da farmácia de Óbidos, constitui uma receita extraordinária de 300.999,00 €. Assim, o futuro empréstimo bancário que a CMO pretende obter, poderia ser deduzido deste valor.-----

Se, neste mandato, a Câmara não tivesse recomprado à empresa municipal lotes no Parque Tecnológico, este empréstimo não seria necessário para as tais obras que quer fazer antes das próximas eleições. E o mais curioso é que quando a Câmara comprou lotes do Parque Tecnológico já sabia que não iam ter qualquer utilidade nos próximos anos, pelo que foi só para ajudar a tesouraria da empresa municipal.-----

O novo empréstimo bancário pretendido pela CMO é a 15 anos; por conseguinte quando for concluído o seu pagamento, a reparação das mesmas estradas e caminhos já terá sido feita várias vezes. Mais: como o empréstimo terá o período de carência de capital de 2 anos, quando for paga a 1ª amortização, possivelmente já alguns buracos remendados com este empréstimo, em estradas e caminhos que precisarão novamente de ser reparados.”-----

**Ponto Catorze - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:**-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas zero horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de novembro do corrente ano, o senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, desejando a todos umas boas festas e um bom ano, tendo agradecido a colaboração de todos, do que para constar se lavrou a



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>31</b>
<b>Ata n.º 5</b>	<b>Reunião de 24/11/2016</b>	

presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, lavrei a presente ata, também vou assinar.-----